

QUE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA SETÚBAL? - I

No passado mês de Novembro, em Setúbal, teve lugar o 1º de uma série de debates públicos organizados pelo movimento de cidadãos "Pensar Setúbal" (M.P.S.), destinados à população e às forças vivas do concelho, no qual estiveram presentes largas dezenas de setubalenses e azeitonenses.

Este conjunto de debates visam promover a discussão de ideias sobre o futuro desenvolvimento de Setúbal, de modo a consolidar uma estratégia de desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental para a nossa terra, atendendo aos recursos disponíveis e às suas potencialidades, envolvendo activamente os cidadãos, num mecanismo de cidadania participativa.

Este 1º debate intitulou-se "Economia e Desenvolvimento Sustentável" e contou com as presenças dos seguintes oradores:

- Dr. Duarte Machado – ex-vereador da Câmara Municipal de Setúbal, no pelouro do Turismo;
- Eng.º Fidélio Guerreiro – antigo presidente da Associação Empresarial da Região de Setúbal (AERSET);
- Eng.º Joaquim Mendes Bragança – Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado.

Do referido debate, destacam-se as seguintes conclusões, as quais, pessoalmente, subscrevo na íntegra, fazendo delas a minha opinião sobre este tema:

1. O Turismo é efectivamente importante para o Desenvolvimento Estratégico de Setúbal e é considerado como um dos vectores estratégicos de aposta na região. A existência de recursos paisagísticos de elevada beleza natural (Parque Natural da Arrábida, Reserva Natural do Estuário do Sado, as praias circundantes e, a Baía do Rio Sado, considerada como uma das mais belas baías do mundo) potencia a criação de diversos nichos de mercado neste domínio, nomeadamente, no Turismo da Natureza, na promoção de desportos náuticos (desportivo e de lazer), na valorização do nosso património gastronómico, no *Bird Watching* (observação de pássaros) e, eventualmente, no Turismo de Negócios;
2. Apesar de a cidade de Setúbal ainda não reunir todas as condições para a valorização turística, constata-se que a existência de algumas infra-estruturas dessa natureza, quer em Setúbal, como a Casa da Baía e da Escola de Hotelaria e Turismo, quer em Tróia, potenciam claramente a aposta neste domínio. O M.P.S. espera fortemente que o projecto turístico de Tróia que foi inicialmente concebido, seja uma realidade e que não seja apenas um projecto de venda de imobiliário...
3. O Rio Sado é a maior riqueza da cidade e, como tal, deve ser aproveitado e potenciado para a actividade turística, o que actualmente não se verifica. O Rio Sado deve ser encarado ainda como uma "ponte" turística entre as duas margens, potenciando a deslocação dos turistas alojados em Tróia, a visitarem e a conhecerem a cidade de Setúbal e, Azeitão, dando condições para que tal aconteça.
4. É possível e fundamental que se concilie o turismo e a actividade industrial não poluente com a preservação ambiental, como motor de sustentabilidade e indicador da qualidade de vida de quem habita, visita ou trabalha em Setúbal. Mau desenvolvimento gera mau ambiente, pelo que, uma estratégia adequada de bom desenvolvimento da região implicará necessariamente, um bom ambiente.
5. É necessário alterar o regulamento do Parque Natural da Arrábida, de modo a proporcionar a existência de turismo sustentável no Parque, particularmente na área exterior à Serra da Arrábida. A recuperação das pedreiras actualmente existentes, seria essencial para ajudar a cumprir esse desiderato.
6. Paralelamente, é necessário desenvolver e estruturar um programa de investimentos para a região, nomeadamente, na criação de microempresas e, preferencialmente, com o apoio das associações empresariais. Neste sentido, considerou-se fundamental que, na região de Setúbal, se revitalize a AERSET ou se constitua outra grande associação empresarial, conforme for mais vantajoso para os empresários da região, em particular, os de Setúbal.
7. A aposta em unidades industriais não poluentes é considerada como um factor estratégico de desenvolvimento económico para esta zona.
8. Deve ser estimulada a criação, no concelho de Setúbal, de um parque temático nacional, com a identificação de potencialidades ao nível da gastronomia e do artesanato, passando até, por exemplo, pela criação de um Instituto Português do Artesanato.

9. É fulcral, a renovação do parque habitacional de Setúbal, principalmente, nas zonas do centro histórico da cidade. A Autarquia deveria ter um papel liderante e determinante na resolução desta situação, de acordo com o quadro legal em vigor, criando condições para estimular os proprietários a renovarem as suas habitações antigas e degradadas.
10. É necessário efectuar um diagnóstico da situação actual de Setúbal e definir uma estratégia de futuro. A Autarquia deve ter um papel determinante na concepção dessa mesma estratégia de desenvolvimento económico do concelho, papel esse que, actualmente, é inexistente.
11. Constatou-se ainda que a elevada carga fiscal exercida sobre as empresas e, até, sobre quem quer investir, é altamente inibidor do investimento e da criação de novas empresas, as quais são determinantes para criar riqueza e dinamização local e, sobretudo, para combater o flagelo do desemprego, tão patente nesta região.
12. A agravar esta carga fiscal, incluindo os impostos municipais a serem exercidos sobre as empresas locais estarem todos no tecto máximo, foi recentemente aprovada nos órgãos autárquicos da CMS, a nova Taxa Municipal de Protecção Civil, a qual penaliza ainda mais, em nosso entender, a sustentabilidade financeira de muitas micro empresas, nomeadamente, do pequeno comércio local.
13. É necessário voltar ao debate público, a questão da necessidade (ou não) da construção do Novo Aeroporto de Lisboa, na Margem Sul.

Estas foram as principais conclusões resultantes deste 1º debate do M.P.S. Entendemos que estes debates são fundamentais para colocar a sociedade civil setubalense e azeitonense em acção, para fomentar novas estratégias de desenvolvimento para Setúbal. Para tal, a sociedade civil deve sair da sua “zona de conforto” e promover os necessários mecanismos de participação cidadã. Brevemente serão publicadas as conclusões do 2º debate público, já realizado.

Jaime Filipe Puna
Coordenador do M.P.S.